



Equador: entre a democracia e a dependência

Felipe Gomes Mano¹

Resumo

O ano de 2019 foi marcado pela eclosão de grandes movimentos sociais pela América do Sul, sendo o Equador um dos países que tiveram suas estruturas sociais, econômicas e políticas consideravelmente inflamadas. Por pressão do FMI, o Estado cortou os subsídios que fornecia aos combustíveis, fazendo com que seu preço disparasse e causando descontentamento geral. As grandes mobilizações sociais decorrentes dessa conjuntura deixaram expuseram não apenas a gritante pobreza e desigualdade social, mas também desnudaram a falta de soberania nacional, resultante de anos de submissão política e econômica a uma elite que sempre privilegiou seus próprios interesses e ao capital internacional. Mais que pressões pela retomada dos subsídios, os movimentos apontam para o fato de que dentro da mecânica capitalista global, a saída para a conjuntura de fragilidade se encontra no rompimento com este sistema reprodutor de subdesenvolvimento.

Palavras chave: Capitalismo, Economia política, Equador, Movimentos sociais, Subdesenvolvimento.

Ecuador: entre la democracia y la dependencia

Resumen

El año 2019 estuvo marcado por el estallido de importantes movimientos sociales en toda Sudamérica, siendo Ecuador uno de los países que vio inflamadas considerablemente sus estructuras sociales, económicas y políticas. Bajo la presión del FMI, el Estado recortó los subsidios que otorgaba al combustible, lo que hizo que su precio se disparara y provocó el descontento general. Las grandes movilizaciones sociales derivadas de esta situación pusieron al descubierto no sólo la flagrante pobreza y la desigualdad social, sino también la falta de soberanía nacional, resultado de años de sumisión política y económica a una élite que siempre privilegió sus propios intereses y los del capital internacional. Más que la presión por la reanudación de las subvenciones, los movimientos apuntan a que, dentro de la mecánica capitalista global, la salida de la frágil situación pasa por la ruptura con este sistema que reproduce el subdesarrollo.

Palabras clave: Capitalismo, Economía política, Ecuador, Movimientos sociales, Subdesarrollo.

Ecuador: Between Democracy and Dependency

¹ Advogado graduado pela Faculdade de Direito de Franca (FDF). Presidente da Comissão de Criminologia e Vitimologia da 80ª Subseção da OAB/SP. Aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro associado do IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais). Membro associado da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política). Realiza pesquisas em Direito, Psicologia, Economia-política, Ciência política. E-mail para contato: felipegmanoadv@gmail.com.

Summary

The year 2019 was marked by the outbreak of major social movements across South America, with Ecuador being one of the countries that had its social, economic, and political structures considerably inflamed. Under pressure from the IMF, the state cut the subsidies it provided for fuel, causing its price to skyrocket and causing general discontent. The large social mobilizations that resulted from this situation exposed not only the glaring poverty and social inequality, but also laid bare the lack of national sovereignty resulting from years of political and economic submission to an elite that always privileged its own interests and those of international capital. More than pressures for the resumption of subsidies, the movements point to the fact that within the global capitalist mechanics, the way out of the fragile situation lies in the break with this system that reproduces underdevelopment.

Key words: Capitalism, Political-economy, Ecuador, Social Movements, Underdevelopment.

Introdução

Assim como seus vizinhos latino-americanos, o Equador faz parte de uma faceta própria do capitalismo, caracterizada pela histórica subordinação aos interesses dos países centrais do sistema. Se em épocas remotas essa submissão ocorria pela força que as metrópoles exerciam sobre as colônias, com a inserção das jovens nações independentes na mecânica capitalista global, esta passou a se constituir através da exploração derivada da dependência econômica. Os tempos são distintos, mas a drenagem de riquezas ainda permanece.

É necessário compreender cientificamente o modo de produção capitalista (*MCP*), analisando quais são e como operam as suas bases constitutivas e derivações na estrutura social, a título de exemplo, Estado e Direito. Ainda neste caminho, é necessário entender como este modo de produção se estrutura a partir das condicionantes próprias da América Latina, produzindo uma forma capitalista *sui generis*.

Ao atingir uma compreensão suficiente acerca dos termos gerais do *MCP*, pode-se afunilar a análise, guiando-a pelas particularidades regionais que resultam na forma dependência. Essa linha metodológica nos permite assimilar mais precisamente a relação entre o desenvolvimento capitalista e a história das nações latino-americanas.

No presente trabalho, será realizado um estudo sobre a história recente do Equador, no intuito de observar os processos que culminaram no atual cenário político, econômico e social do país. As diversas trocas de governantes, seja por golpes políticos, por renúncias ou por pressão popular; as alterações de regimes, de ditaduras à períodos democráticos; as mudanças de base econômica, são todos fatores que estiveram, e ainda estão presentes na realidade

equatoriana, devendo ser compreendidos dentro da conjuntura em que país está imerso, bem como lidos em suas causas e efeitos.

Esta breve análise pretende não apenas ilustrar os processos que fazem parte da história do país, de modo a apontar para uma realidade exclusiva da nação, mas sim, a partir de uma “análise de caso”, balizar uma leitura abrangente da América Latina como um todo.

1 As formas sociais no capitalismo dependente

Ao se abordar o conceito de capitalismo, recai-se, por vezes, em noções genéricas, que o concebem como um ente abstrato, uma posição política e econômica que vulgarmente se posta em oposição a outros termos também genericamente concebidos, como o comunismo. Ocorre que esta compreensão do capitalismo ignora a existência de todas as categorias que o compõem enquanto modo de produção, assim como suas implicações materiais. Essa é a grande virada metodológica trazida pelo marxismo, o qual ampliou o horizonte analítico acerca do capitalismo, que passou a ser entendido como um momento específico da história da humanidade em que a reprodução da vida ocorre sob um modelo próprio, detentor de formas organizacionais que lhe são inerentes.

Resumidamente, o capitalismo deve ser compreendido de acordo com: *a) sua especificidade histórica*; e *b) sua estrutura organizacional*.

No que tange à história, o *MPC* não deve ser visto sob um prisma teleológico, como o fim evolutivo da história humana, a superação lógica de teses e antíteses passadas, como pressupunha Hegel², mas sim como o resultado de intermináveis encontros de fatos históricos que foram lhe dando forma e abrindo espaço para o seu surgimento. Quanto à sua organização, é necessária uma análise minuciosa do modo de produção para que se enxergue todos os fatores elementares que o compõe.

Marx foi o responsável por iniciar a arqueologia do capitalismo e descer aos seus níveis mais profundos. A descoberta da *forma-mercadoria*, da *forma-valor* que se destrincha em valor de uso e de troca, do *princípio da equivalência* nas trocas, regente da circulação das mercadorias, do *dinheiro como vínculo relacional* na sociabilidade capitalista, do Estado e do Direito, *forma-política* e *forma-jurídica* (aqui se insere a *forma-sujeito de direito*, tão bem

² MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 244-246.

analisada por Pachukanis³), enquanto entes repressores e garantidores da reprodução do modo de produção, dentre outras.

Estes pilares do *MPC*, atuando conjuntamente, configuram as relações das pessoas entre si, bem como entre elas e os objetos, transformando tudo em mercadorias abstratamente concebidas, dotadas de uma igualdade formal que permite a sua circulação através das trocas equivalentes e objetivando a valorização do valor. Uma grande coleção de mercadorias a serem circuladas, é assim que, resumidamente, o capitalismo é reproduzido e perpetuado⁴.

Mantendo-se ainda na didática marxista acerca da análise social, tem-se que essas formas atomizadas do *MPC* compõem a infraestrutura da sociedade, coordenando as suas dinâmicas relacionais e dando ensejo ao seu desdobramento nas demais formas, as quais participam da composição da superestrutura social. A forma-política (Estado) e a forma-jurídica (Direito) do capitalismo são reflexos de seu modo de sociabilidade, produtos de uma simbiose constituinte e reprodutiva da gama de relações que acontecem na sociedade do capital. A influência recíproca do modo de produção e das diversas formas sociais reproduzem a estrutura social como um todo complexo. Há um jogo relacional cuja base determinativa figura no próprio modo de produção (natureza econômica), comunicando-se com a sobredeterminação exercida pelas demais formas sociais, cada qual em seu espaço, intensidade e momento distinto⁵. Cada forma que integra a totalidade da estrutura social constitui e reproduz as demais ao passo que por elas é constituída e reproduzida.

Assim, a relação entre determinação e sobredeterminação é atravessada pelo caráter contingencial da história, sendo resultado da dialética material. Diante deste caráter histórico do capitalismo, em que pese exista uma estrutura base que se poste como seu “DNA” (formas valor e mercadoria reproduzidas pela circulação respaldada no princípio da equivalência, Estado, Direito etc.), o desenvolvimento superestrutural, ou seja, a maneira como será reproduzido em determinada sociedade, estará sujeita ao tipo de organização e demais especificidades do agrupamento social no qual seja desenvolvido e do momento histórico que esteja localizado⁶.

Por possuir este caráter plástico que possibilita moldar as estruturas sociais ao mesmo tempo que permite se adequar a elas, o *MPC*, enquanto leitura concreta das dinâmicas sociais, não deve ser compreendido homogeneamente. O capitalismo industrial inglês dos séculos

³ PACHUKANIS, Evguiéni B., **Teoria Geral do Direito e Marxismo**, tradução Paula Vaz de Almeida; revisão técnica Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.

⁴ MARX, Karl. **O capital**. Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

⁵ ALTHUSSER, Louis, **Sobre a reprodução**. tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; [introdução de Jacques Bidet]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

⁶ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

XVIII e XIX não pode ser entendido como igual ao seu contemporâneo colonial escravista estabelecido na América Latina, ou ainda comparado equanimemente ao que se desenvolveu pela incorporação da Ásia às redes de comércio com a Europa. Embora todos sejam modelos de reprodução social construídos sobre as bases da forma-mercadoria, amadureceram distintamente, possuindo a sua identidade própria.

É sob essa perspectiva que o capitalismo latino-americano deve ser analisado de acordo com as bases concretas decorrentes de sua história. A inserção da América Latina na dinâmica capitalista global ocorreu, em um primeiro momento, por relações coloniais, nas quais as metrópoles europeias realizavam no subcontinente operações de extrativismo predatório de minerais preciosos e matérias-primas, subjugando e exterminando as populações nativas, além do uso desmedido de mão-de-obra escrava, sempre atendendo aos interesses dessas nações. Estes padrões, além de estabelecerem um papel bem delimitado para a região, exerceram influência direta no desenvolvimento econômico, político e social das colônias e, posteriormente, das jovens nações independentes.

A emancipação das nações latino-americanas lhes conferiu certo grau de liberdade e soberania, mas as heranças do período colonial delimitaram o seu campo de desenvolvimento. A entrada tardia da região no sistema econômico global, bem como a forma como se desenrolou, foram determinantes para que assumisse um papel específico na divisão internacional do trabalho, o qual teóricos como Ruy Mauro Marini trabalharam sob a categoria da dependência⁷.

Por esta perspectiva, a dependência não se trata de um estágio subdesenvolvido do capitalismo pelo qual todos os países obrigatoriamente passam antes de chegar ao patamar do “primeiro mundo”. A dependência é a identidade do *MPC* na América Latina, estruturada como uma estrutura reprodutora de subdesenvolvimento. O estudo acerca da dependência e do subdesenvolvimento na América Latina deve ser feito por meio de uma compreensão das relações concretas que se deram na história da região. Como ensina Marini, “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”⁸. Subserviência às necessidades político-econômicas dos países da centralidade, atraso tecnológico, baixa produtividade, superexploração do trabalho, dentre outros elementos, são características iminentes a essa formatação do capitalismo constituída no subcontinente latino-americano.

⁷ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

⁸ *Ibid.* p. 47.

Nesse sentido, a forma assumida pelo *MPC* na América Latina foi determinante na modulação das demais formas componentes da superestrutura social. Em sociedades construídas sobre as bases de um capitalismo dependente, Estado, Direito e demais instâncias assumirão igualmente a forma da dependência. Portanto, ao se realizar análises sobre as sociedades latino-americanas, deve-se ter a consciência de que se está observando um contexto estrutural voltado à manutenção da conjuntura dependente.

Poderes executivo, legislativo, judiciário e econômico dialogam entre si (quando não se confundem em mesmas identidades), operando como “estruturas dominantes e subordinadas que reproduzem a desigualdade global”⁹, constituindo os resultados deletérios que já são enraizados na realidade da América Latina.

A história do Equador, assim como a dos demais países da região, deve ser compreendida como o desenrolar de processos históricos que aconteceram, e ainda acontecem, sob o manto da dependência, colocando o país em um quadro de difícil transposição e que traz grandes implicações em seus quadros econômico e político, afetando, inclusive, a noção de democracia no país.

2 O cair da noite neoliberal

Assim como os demais países latino-americanos, após a sua libertação do jugo colonial, o Equador conviveu com heranças daquele período, as quais influenciaram a estruturação política, econômica e social em seu desenvolvimento enquanto nação¹⁰.

No âmbito econômico, a latifúndio exportador foi, por mais de um século, o principal responsável pelo desenvolvimento da economia nacional. Inicialmente voltado para a produção de cacau, entrou em decadência devido à grande concorrência dos produtores africanos, pragas e efeitos da crise de 1929, encontrando renascimento na década de 1950 com o crescimento da exportação de bananas, que tirou a economia da estagnação. Na década de 1960 foram descobertas várias reservas de petróleo no país, atraindo os olhos da elite nacional, que na década seguinte, com a alta de preços decorrente da Guerra do Yon Kippur (1973), passou a investir na exploração extrativista do combustível¹¹.

⁹ KATZ, Cláudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. Tradução: Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 76.

¹⁰ BOCCA, Pedro. **Equador**. Pedro Bocca, Fátima Mello, Gonzalo Berrón – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 17.

¹¹ DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 232.

A exploração petrolífera proporcionou grande crescimento econômico, uma vez que vultuosos investimentos estrangeiros passaram a chegar. Em números totais, a exportação saltou de menos de 190 milhões de dólares em 1970 para 2,5 bilhões onze anos depois, enquanto o PIB neste mesmo período cresceu em média 8% ao ano¹². Porém, em que pese a considerável mudança da matriz econômica nacional, que passou da prevalência do latifúndio para o extrativismo do petróleo, as bases de acumulação de capitais se mantiveram inalteradas, com uma elite acumuladora de renda e um gigantesco abismo desta em relação ao restante da população. É nesse contexto que, além da grande desigualdade social, formam-se os dois grandes polos concentradores de poder político do país: a histórica oligarquia agrária da região de Quito e a nova elite litorânea de Guayaquil, com negócios no setor financeiro e na exportação do ouro negro¹³.

Ao contrário dos longos ciclos econômicos estabelecidos (cacau, banana e petróleo), o cenário político equatoriano pós-independência sempre se mostrou bastante conturbado. Entre períodos ditatoriais intercalados com bolsões democráticos, vários governantes que não chegaram a concluir seus mandatos¹⁴ e vinte constituições desde o ano de 1830, o Equador teve os seus processos políticos umbilicalmente ligados ao cenário da dependência, confluindo com os movimentos econômicos que resultaram na atual conjuntura nacional.

Novamente recorrendo à Marx, dessa vez em suas análises acerca do golpe de 18 de Brumário, perpetrado por Luís Bonaparte na França, verifica-se que pouco importam as mudanças de regimes, a alteração de quem efetivamente está no poder; se a forma-política permanece lastreada na forma-mercadoria, o ciclo capitalista ainda será mantido¹⁵. Foi por este raciocínio que apontou para o fato de que “por vezes, quando a classe burguesa não consegue administrar a sociedade em benefício do capital, como foi o caso da França de Luís Bonaparte, há um golpe contra a burguesia para salvar o capitalismo”¹⁶. Diante disso fica fácil compreender como mesmo com as várias modificações de governantes e modelos políticos, a economia nacional sempre foi orientada em conformidade aos interesses da elite, ora agrário-exportadora, ora petroleiro-rentista.

¹² ACOSTA, Alberto. **Breve história econômica do Equador**. Brasília: Funag, 2006. p. 117.

¹³ DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 230.

¹⁴ Entre 1925 e 1952 houve vinte e seis variações de mandatários e regimes. (DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 232).

¹⁵ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹⁶ MASCARO, Alysson Leandro. **A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica**. In: *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015. p. 19.

A manutenção das políticas econômicas sob os anseios pouco nacionalistas da classe dominante inviabilizou investimentos que visassem o desenvolvimento nacional. A inexistência de uma diversificação econômica fez com que o país buscasse abastecimento de diversos produtos no exterior, desequilibrando consideravelmente a sua balança comercial, levando a um aumento vertiginoso da dívida externa do país. Nem mesmo os petrodólares eram capazes de suprir o serviço da dívida.

Os anos de ouro do petróleo trouxeram avanços sociais no que tange ao aumento dos empregos e dos ganhos salariais advindos da indústria petroleira, mas, “mantendo-se intocado um padrão de concentração de renda que alimentou o consumo suntuário baseado em importações, aprofundando as determinações características do subdesenvolvimento”¹⁷, tendo em vista o já mencionado problema do crescimento da dívida externa.

A já prenunciada catástrofe do endividamento se concretizou na década de 1980 com a eclosão da crise do petróleo, que derrubou o preço do produto. A crise da dívida que explodiu neste período foi a porta de entrada para a imposição de medidas de austeridade e diminuição da presença estatal pelo FMI e demais países da centralidade. O Consenso de Washington (1989) teve papel fundamental na realização de compromissos entre os países periféricos e seus credores para garantir o pagamento das dívidas. Este cenário foi crucial para a retração econômica, que levou à ausência de investimentos em desenvolvimento¹⁸ (abandono da política de industrialização por substituição de importações), diminuição do padrão de vida das classes média e baixa, altos índices de desemprego, além do desamparo da população pobre pelo Estado, que não podia investir em políticas sociais¹⁹. A noite neoliberal finalmente recaiu sobre o país.

Porém, aquele que talvez tenha sido o golpe mais duro ainda estava por vir. No ano de 1997, o presidente Abdalá Bucaram, antes de ser deposto do cargo que ocupou por seis notáveis seis meses, iniciou um programa de ajuste estrutural que contou com a orientação de Domingo Cavallo, ex-ministro de Carlos Menem, já indicando que a dolarização da economia poderia ser realizada²⁰. Em 2000, seu sucessor Jamil Mahuad finalmente implementou a medida, que trocou o uso do sucre pela adoção do dólar, levando conjunta mente à perda da

¹⁷ DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 233.

¹⁸ No ano de 1983 foi assinada uma carta de intenção junto ao FMI, na qual foi sinalizado o fim do implemento de políticas desenvolvimentistas pelo Estado. (DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 235).

¹⁹ CORREA, Rafael. **Equador: da noite neoliberal à Revolução Cidadã**. Tradução Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 31.

²⁰ DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 238.

soberania monetária, aumentou o custo de vida, a desigualdade social e expôs ainda mais o país às dinâmicas do capital internacional.

3 A Revolução Cidadã e o Barão de Munchhausen: como se salvar do neoliberalismo puxando os próprios cabelos?

Às vésperas da dolarização, o país apresentava altíssimos índices de inflação, o que resultou na diminuição do valor real dos salários, fato este que afetou principalmente a parcela mais pobre da população, que não conseguia sequer garantir dignamente sua alimentação. A institucionalização das políticas neoliberais, constitucionalmente respaldadas, tornou escassas as alternativas disponíveis ao governo para conter a desvalorização do sucre, conduzindo o presidente Mahuad a realizar novos empréstimos junto ao FMI para conter a onda inflacionária, o que apenas aumentou a dívida externa e postergou por um breve momento o ápice da crise.

Portanto, antes da dolarização as condições sociais já eram críticas, apenas se agravando com a sua realização. Neste período, há finalmente um compasso entre economia e política nacionais, uma vez que ambas apresentavam enorme instabilidade.

No ano de 2000, após a dolarização, a grande pressão exercida por movimentos sociais culminou na deposição do presidente Mahuad, levando ao poder seu vice, Gustavo Noboa. Este, porém, mesmo com a indignação popular que derrubou seu antecessor, permaneceu alinhado às políticas neoliberais, manteve a dolarização e ainda assumiu novos compromissos com o Banco Mundial²¹. Esse concatenado de situações derreteu ainda mais a popularidade do governo, que chegou às eleições de 2002 com baixíssima credibilidade, porém, sem uma oposição de esquerda que aglutinasse as demandas sociais ou tivesse um projeto de político sólido. Nesse contexto emerge a figura de Lucio Gutiérrez, militar nacionalista que atuou ativamente na deposição de Mahuad²².

Gutiérrez sai como candidato levantando a bandeira do desenvolvimento nacional em oposição ao neoliberalismo, levando-o à presidência após obter 55% dos votos no segundo turno (foram 20% no primeiro). O novo governante preencheu alguns de seus mais importantes ministérios com membros dos partidos de esquerda, estabelecendo um diálogo com os movimentos sociais e realizando promessas de reformas que favoreceriam suas lutas.

²¹ BOCCA, Pedro. **Equador**. Pedro Bocca, Fátima Mello, Gonzalo Berrón – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 22.

²² Ibid. p. 24.

Ocorre que, uma vez no poder, Gutiérrez firmou pactos com a direita conservadora do país para conseguir apoio parlamentar, alianças com os Estados Unidos e assinou novas cartas de intenções com o FMI, não somente mantendo, mas ampliando as políticas neoliberais²³.

Seu mandato foi repleto de denúncias de corrupção e intervenções no poder judiciário, o qual foi duramente atacado como forma de obstar investigações. A debilidade econômica, os retrocessos sociais e a desintegração da popularidade fizeram com que a população fosse novamente às ruas pedindo a sua saída, o que motivou a tomada de medidas autoritárias, como a declaração de estado de exceção e o uso do aparato militar contra os manifestantes. A indignação com sua postura foi tamanha que o próprio exército se voltou contra o governo, forçando a sua saída, que levou seu vice, Alfredo Palacio, à presidência.

Desde o início do mandato, Palacio manteve certo distanciamento da figura de Gutiérrez e suas políticas, por não compactuar com algumas de suas posições. Esse perfil possibilitou que fosse adotada uma nova linha para o projeto econômico do país. Para tanto, uma das primeiras medidas foi a nomeação de Rafael Correa como ministro da Economia e Finanças.

Na administração do ministério, Correa suprime as políticas neoliberais, afastando-se dos Estados Unidos e estabelecendo novos vínculos com os vizinhos sul-americanos, os quais viviam a chamada *onda rosa*, passando por processos de guinada política à esquerda, bem como rompeu acordos anteriormente firmados com o Banco Mundial. Porém, as medidas de Correa se mostravam muito progressistas para o governo Palacio, que possuía grande apoio da elite e da direita parlamentar. Isso levou à sua renúncia ao cargo, mas não sem mostrar à população que uma mudança política, com maior representatividade popular era possível.

Em 2006 Correa é eleito presidente do Equador após vencer o candidato da direita, Álvaro Noboa, com maciço apoio dos partidos e movimentos de esquerda, em especial da população mais pobre e dos indígenas. Uma vez na presidência, Correa propõe mudanças estruturais profundas, incluindo o povo nos processos decisórios dos rumos do país com o objetivo de conferir maior representatividade à sua gestão. Em seu discurso de posse, Correa deixou claro que a Revolução Cidadã seria uma total inflexão do cenário sociopolítico do nacional. Nesta fala:

Correa aponta os cinco eixos fundamentais da Revolução Cidadã, a ser desenvolvidos em conjunto com o povo equatoriano em seu mandato: Revolução Constitucional, com a convocação de uma nova Assembleia Constituinte; Luta contra a corrupção, retirando a blindagem institucional

²³ Ibid. p. 24-25.

aos poderosos; Revolução econômica, substituindo o neoliberalismo por uma nova concepção de desenvolvimento; Revolução da educação e da saúde, com a composição de programas sociais que incluíssem os pobres e as populações indígenas à sociedade equatoriana; e o resgate da dignidade, da soberania e a busca pela integração latino-americana, o reconhecimento do Equador enquanto nação soberana e enquanto parte da mesma herança política, econômica, social e cultural de toda a América Latina.²⁴

O correísmo representou uma esperança de quebra das correntes da dependência, que se afiguraria pela preocupação com os interesses da grande parcela da população, e não de uma pequena elite e da burguesia internacional sediada no país, pelo alinhamento e aproximação com os países vizinhos, firmando acordos de integração e desenvolvimento regional, além da diminuição da submissão aos mandos de órgãos financeiros internacionais e países da centralidade.

O processo constituinte que culminou na promulgação da Constituição de Montecristi, em 2009, foi bastante conturbado. O novo governo queria insculpir na Carta todas as suas promessas de afastamento do neoliberalismo, e defesa de perspectivas como a de uma nação plural, a proteção do meio ambiente e do bem-viver (com a adoção de conceitos norteadores, como a *Pacha Mama* e o *Sumak Kawsay*), além de trazer elementos da cultura indígena, dando maior espaço para este grande grupo nacional. Porém, a turbulenta política equatoriana não possibilitou que todos esses desejos fossem materializados com plenitude na Constituição, havendo pressões vindas da direita e do grande capital para que modificações fossem perpetradas. Ao todo, vinte e três alterações foram realizadas no texto até o ano de 2017, fato que aponta para as movimentações políticas que foram necessárias para que o correísmo permanecesse no poder²⁵.

Completando três mandatos (um feito impressionante para um presidente não somente no período pós redemocratização, mas em toda a história política equatoriana), Correa trouxe melhoras efetivas para o quadro socioeconômico do país, mas não de forma totalmente fiel aos preceitos, promessas e alianças que o levaram à vitória. No início de seu governo, encontrou um cenário de alta no preço das commodities, o que se converteu em grandes recursos decorrentes da exportação primária, em especial do petróleo, principal fonte de renda nacional.

Porém, dois anos após sua primeira eleição, deparou-se com a grande crise econômica de 2008, a qual abaixou consideravelmente o preço das commodities em geral. Diante disso,

²⁴ Ibid. 29.

²⁵ DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 240.

surgiu a necessidade de intensificação da exploração do petróleo, inclinação esta já existente na gestão, uma vez que a renda obtida com a exportação permitia o financiamento de políticas sociais que agradavam a sua base de apoio, sem que fossem necessárias reformas estruturais, como o fim da dolarização, estabelecendo um cenário político conciliatório com as elites e o capital financeiro.

Ocorre que o aumento da exploração do produto era postura contraditória à posição que permitiu a construção de sua imagem durante as eleições. Aumentar a extração de petróleo, em um cenário que já apontava para o esgotamento da capacidade dos poços existentes, significava que o agravamento da questão ambiental seria iminente, indo na contramão dos princípios norteadores de sua política e da nova Constituição.

Orientações como esta provocaram manifestações de sua base de apoio original, a qual sentia-se escanteada em detrimento da tão criticada elite e do complexo que envolve a centralidade capitalista. Ante tal cenário de descontentamento popular, por vezes, Correa se mostrou intransigente, desqualificando ou inviabilizando a opinião pública, e até mesmo agindo de forma autoritária²⁶. Seu governo ficou marcado pela instauração de processos judiciais e realização de prisões arbitrárias contra lideranças sociais, provocando várias manifestações conflituosas e cisões por parte de algumas bases de apoio²⁷, estimando-se que “a Revolução Cidadã é o período de maior conflito social desde a volta de democracia em 1979”²⁸.

Este perfil adotado após a eleição, apesar de causar desgaste com os grupos que o ergueram politicamente, conferiu-lhe o apoio parlamentar necessário e garantiu a paz com a burguesia, a qual tinha seus interesses privilegiados desde o recente processo constituinte. Ademais, ainda no contexto das medidas adotadas para conter os efeitos da crise econômica de 2008, o governo Correa, além de intensificar a exploração do petróleo, operando, inclusive, com vendas futuras da matéria-prima (o que garantiria a extração predatória por bastante tempo), tentou mitigar o desequilíbrio da balança comercial com empréstimos internacionais, aumentando ainda mais a dívida externa²⁹.

²⁶ OSPINA PERALTA, Pablo. **La revolución ciudadana en Ecuador: conflicto social, régimen disciplinario y proyecto de Estado**, em MACHADO, Decio et al. *El correísmo al desnudo*. Quito: Montecristi Vive, 2013. p. 27.

²⁷ DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 244.

²⁸ RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin (org.). **Democracia, participación y conflictos. Ecuador 2009–2012**. Quito: FES, Ildis & Flacso, 2013.

²⁹ DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 246.

Ao realizar novos endividamentos, acordos de orientação econômica eram firmados como garantia de pagamento, inviabilizando os investimentos estatais em industrialização, o que levou à intensificação da exploração de itens primários (petróleo, agronegócio e mineração), quebrando as promessas de campanha que visavam a mudança da matriz produtiva do país, bem como a preservação ambiental³⁰.

Essas perspectivas acerca da economia política equatoriana nos anos do correísmo, são uma parte de todo o complexo de fatores que envolvem os quadros sociais, políticos e econômicos da nação. É necessário considerar outros elementos existentes na conjuntura que envolveu os mandatos de Rafael Correa, como a taxa de empregabilidade alta para os padrões históricos equatorianos, a redução da pobreza, o aumento dos salários, do PIB e do consumo familiar, alavancado principalmente pela facilidade na obtenção de crédito. Por outro lado, aspectos negativos também causaram grande influência em suas políticas, como a necessidade de aumento considerável dos impostos para o custeio das políticas sociais, o aumento dos preços, que, tabelados em dólar, superavam o dos salários, o grande endividamento familiar com instituições financeiras, além da precarização das condições de trabalho³¹.

Verifica-se, portanto, que a guinada socioeconômica conquistada pela Revolução Cidadã ocorreu através da recuperação do protagonismo do Estado, o que, em certa medida, garantiu o apoio necessário para a reeleição de Correa e sucessão de um de seus vices nas eleições seguintes. Porém, este suposto avanço foi concretizado sem que as estruturas deletérias instauradas por governos anteriores fossem extintas. Assim como na análise marxiana do golpe de Luís Bonaparte, é possível observar que apesar da mudança na gerência estatal, com alteração de algumas posturas políticas, o sistema de acumulação concentrador de renda, baseado na exploração predatória e nas relações de dependência se manteve intocado.

Há uma passagem nas histórias do personagem Barão de Munchhausen, em que este, ao passear com seu cavalo por um pântano, acabou atolando em um lamaçal, que os engolia a cada movimento feito. Conforme ele mesmo narra no conto, acabou por se livrar da situação de uma forma inusitada: puxando a si pelos cabelos até que saísse com o cavalo da lama. Sabe-se que tal proeza é fisicamente impossível, existindo apenas na ficção imaginária do personagem. Como ensina Alysson Mascaro, também remontando à história do Barão:

Na velha imagem, sair da crise tomando por padrão o fundamento teórico que conduziu à própria crise é como tomar o próprio corpo para ser içado de

³⁰ Idem.

³¹ DÁVALOS, Pablo. *Alianza País o la reinvencción del poder. Siete ensayos sobre el posneoliberalismo em el Ecuador*. 2 a ed. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2016. p. 146.

um buraco no qual caiu, valendo-se para tanto das forças das próprias mãos do caído ao puxarem seus cabelos³².

Da mesma forma é possível ler a tentativa de alavancamento social perpetrada pela Revolução Cidadã sem que fosse realizada uma ruptura com o histórico sistema de dependência que levou o Equador ao quadro delicado do início do século. Esta tomada de posição política gestou as condições que levaram ao novo anoitecer neoliberal estabelecido por seu sucessor.

4 Lênin às avessas e a convulsão social

A redefinição política operada pelo Alianza País (então partido de Correa) no Equador estabeleceu um novo paradigma no qual a figura do Estado era central. Com a sua modernização assumiu o papel de protagonista na definição das políticas econômicas e sociais, contrariando o antigo cenário de total aparelhamento pelas elites e instrumentalização em prol de seus interesses.

Entretanto, como foi exposto anteriormente, esta nova modulação política somente foi possível com o apoio de um parlamento sitiado pela direita congressista e conchavos com as tão abominadas elites, além do capital financeiro, contrariando assim as promessas e princípios que nortearam a campanha política de Correa, conferindo-lhe a base de apoio popular que garantiu a sua eleição. As perspectivas originalmente traçadas foram deixadas de lado ou, quando não, totalmente abandonadas.

O giro de posicionamento governamental fica ainda mais claro após se considerar que a Constituição assinada na cidade de Monticristi, pela qual tanto se batalhou, foi modificada vinte e três vezes em sete anos, proporcionando alterações legislativas que abriam caminho para o avanço do capital, além de que as perseguições e repressão a grupos com os quais outrora caminhava de mãos dadas mostrou o lado contrarrevolucionário da Revolução Cidadã, reforçando o entendimento de que a mera mudança executiva do país não foi suficiente para realizar a clivagem de influência entre poder econômico e político.

A relação conciliatória de Correa com a elite de direita tomou novos rumos quando, em 2014, o Alianza País sofreu consideráveis derrotas nas eleições de municípios e províncias, perdendo a sua influência nos principais centros do país. Ademais, a nova queda no preço internacional do petróleo ocorrida neste ano foi outro duro golpe que reduziu o capital político governista. Esta conjuntura levou Rafael Correa a retroceder em relação a

³² MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 10.

algumas medidas que desagradariam a direita, assim como foi compelido a ceder em outros pontos ante as pressões sofridas³³.

Mas mesmo diante de tal conjuntura, a Revolução Cidadã conseguiu emplacar os sucessores de Rafael Correa, mais especificamente seus dois vice-presidentes: Lenin Moreno, que foi eleito presidente (vice nos dois primeiros mandatos), e Jorge Glas, seu vice (vice no terceiro mandato). O pleito apertado vencido por Moreno (51,16% dos votos, contra 48,84% de Guillermo Lasso) por si só já indicava a arena conflituosa que encontraria para realizar seu mandato, apresentando a necessidade de manter a política de concessões objetivando a conciliação. Porém, logo no início, Lenin mostrou que não faria jus ao caráter histórico de seu nome, afastando-se completamente da linha de gestão da Revolução Cidadã, rompendo com o correísmo³⁴.

A flagrante adversidade política do momento de sua posse, fez Moreno buscar estabelecer diálogos com os diversos setores da sociedade, na tentativa de vincular a si uma imagem de conciliador. Porém, este discurso veio seguido pela adoção de um perfil neoliberal, priorizando-se os vínculos com o setor privado, órgãos financeiros internacionais e países credores, postura essa que já renunciava as políticas de austeridade e o controle da dívida pública, as quais satisfaziam aos interesses desses entes. Esta nova linha de governança gerou atritos com Correa, desatrelando ainda mais o governo Moreno da Revolução Cidadã.

Porém, ao se desvincular da imagem e a linha programática do Alianza País em prol de um caminho de convergência com a direita e os diversos grupos que nela figuravam, Lenin Moreno acabou ficando à deriva, sem um programa ou ideologia próprios. A adoção do neoliberalismo, como já mencionado, satisfaz aos anseios dos grupos detentores do capital, porém, ainda era necessária a produção de um discurso próprio, um seguimento ideológico que caracterizasse seu governo. Foi assim que Moreno tomou como mote o combate à corrupção.

A luta contra os corruptos, apesar de genérica no discurso, prometendo perseguir quaisquer agentes que praticassem atos criminosos contra a administração pública, na realidade foi levada como instrumento de disputas políticas, vinculando a caricatura do indivíduo a ser perseguido aos rostos de seus antigos aliados, em especial Rafael Correa. Logo em 2017, no seu primeiro ano de mandato, Moreno afastou seu vice, Jorge Glas, das

³³ DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 252.

³⁴ Ibid. p. 253.

funções que lhe eram atribuídas, sob o argumento de que esteve envolvido em atos corruptivos nos tempos de Revolução Cidadã. Tempos depois, Glas foi condenado e preso.

Com o tempo, a perseguição a Correa ficou ainda mais evidente, sendo o movimento anticorrupção focado cada vez mais na busca por sua condenação. Esse caminhar deu a entender que o objetivo de punição à criminosos, por menor que fosse, havia sido perdido, passando o discurso a ser utilizado apenas como meio de afastamento de Moreno e seu governo da imagem do ex-presidente³⁵.

A sanha persecutória contra Correa contou com o aparelhamento do poder judiciário e órgãos de investigação e acusação, resultando na prisão de uma extensa rede de pessoas que o circundavam. Esses processos se mostraram escusos em vários aspectos, como na acusação realizada contra o próprio ex-presidente, que foi acusado por supostamente ter exercido influência psicológica sobre seus subordinados para que praticassem atos de corrupção. Também foi acusado posteriormente de ter sido mentor do sequestro de um deputado opositor em 2012.

Exilado na Bélgica desde então, Correa almejou o retorno para concorrer às eleições presidenciais, mas a sua condenação definitiva no ano de 2020 obstou o plano, uma vez que o decreto de prisão e a cassação de seus direitos políticos impediam a empreitada.

No âmbito socioeconômico, o Equador viveu sob o mando de Moreno o agravamento de índices como pobreza e desigualdade. Na tentativa de obter estabilização macroeconômica, apostou largamente na emissão de títulos de dívida pública e empréstimos junto a órgãos multilaterais, medidas que, apesar de estancar momentaneamente a sangria na economia, impediram planejamentos internos de médio e longo prazo, como a industrialização, e deixaram os fundos nacionais mais sensíveis a elementos exógenos. Este cenário respaldou a adoção cada vez mais larga de políticas de austeridade, em um país com indicadores sociais negativos crescentes.

As políticas enxutas de Moreno não tinham respaldo popular, tendo em vista que continuavam a alijar o povo dos ganhos econômicos. Essa situação chegou a níveis críticos quando em 2019 o governo anunciou o fim dos subsídios aos combustíveis, política que vigorava há quarenta anos, como parte do pacote de ajustes fiscais definido junto ao FMI para liberar um empréstimo de 4,2 bilhões de dólares. Tal medida provocou aumento instantâneo de 123% nos preços, desencadeando uma enorme onda de protestos por todo o país³⁶.

³⁵ GANUZA, Carina Viviana. **Deconstrucción del orden político de Ecuador mediante el análisis crítico de los discursos de Lenin Moreno (2017-2018)**. Revista Cientific, v. 4, n. 14, p. 23-43, 2019. p. 40-41.

³⁶ **Governo do Equador recua e revoga decreto que elevou preço dos combustíveis**. g1.globo.com, 2019.

As manifestações ocorridas no mês de outubro daquele ano foram encabeçadas principalmente por movimentos indígenas e tomaram as principais cidades. Para conter a população, Moreno usou a força bruta, colocando o exército nas ruas, em combates que deixaram centenas de presos e feridos, além de causar várias mortes. Inclusive, como forma de garantir o controle dos militares na contenção dos protestos e resguardar seu mandato, o presidente decretou estado de exceção, transferindo temporariamente a capital do país de Quito para Guayaquil. Porém, as medidas autoritárias não foram suficientes para vencer a pressão popular, e após onze dias de tomada das ruas, Moreno anunciou o fim do corte dos subsídios³⁷.

Apesar de ceder às pressões de grande parcela da população na crise dos combustíveis, Moreno saiu desse período com sua imagem desgastada, e sequer teve tempo para tentar recuperá-la, pois cerca de alguns meses depois surgiu o maior desafio que enfrentaria como presidente, a pandemia de covid-19. A doença chegou na América Latina no final de fevereiro, estabelecendo não somente uma questão puramente natural, biológica, mas, associando-se a fatores sociológicos, desnudou mazelas historicamente construídas na região.

“A partir de maio, o crescimento acelerado do número de infectados e mortos, assim como a ameaça de colapso dos sistemas de saúde em muitos países, compõem a dimensão sanitária de uma crise que afeta especialmente os setores populares”³⁸. Essa condição expõem as veias equatorianas, abertas pelo uso desmedido de políticas neoliberais. Os anos de governo Moreno que precederam a pandemia, foram de ausência de investimentos em setores estratégicos, a exemplo da saúde pública e da seguridade social. O “coronachoque”, mostrou a fragilidade do sistema socioeconômico equatoriano, voltado para o atendimento de interesses externos, pouco se atentando para as reais demandas de sua população.

Porém, em que pese a pandemia tenha exposto os efeitos nefastos das políticas neoliberais de Lenin Moreno e trazido à tona a necessidade de voltar os olhos para realidade de seu povo, o governante manteve seus compromissos com o FMI, mesmo após as mobilizações populares do ano anterior que rechaçaram tais medidas.

Entre março e abril, pagou importantes vencimentos da dívida externa e obteve novos empréstimos do FMI, que acentuaram os condicionamentos que deve cumprir o país para permitir novos desembolsos. Finalmente, em maio, conseguiu a aprovação parlamentar de dois projetos de lei – a Lei para

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/14/governo-do-equador-recua-e-revoga-decreto-que-provocou-aumento-nos-combustiveis.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2021.

³⁷ Idem.

³⁸ Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **América Latina sob o coronachoque**. Dossiê nº 30. Julho de 2020. p. 5.

o Ordenamento das Finanças Públicas e a Lei de Ajuda Humanitária – que avançam o ajuste do Estado e o fechamento ou privatização de empresas e escritórios públicos, por um lado, e sobre a classe trabalhadora, facilitando a diminuição salarial e a precarização trabalhista, por outro lado. Esse pacote de ajuste comprometido com o FMI inclui um recorte significativo no orçamento universitário que despertou protestos estudantis e foi suspenso transitoriamente pela Corte Suprema.³⁹

Com isso, vê-se que mesmo diante de uma crise sanitária que afeta o país por diversas frentes, foi mantida de forma intransigente uma postura fiel aos interesses externos. Essa conjuntura refletiu no cenário eleitoral, tendo em vista que a guerra política travada com seu padrinho, Rafael Correa, e a péssima condução frente à pandemia, que acirrou ainda mais as críticas da oposição, pulverizaram a popularidade de Moreno, que girou em torno de 7% no início de 2021. Esta conjuntura catastrófica, com a qual certamente não contava no início de seu mandato, fez com que o presidente sequer tentasse a reeleição.

As eleições de 2021 levaram ao segundo turno o novo pupilo de Correa, o economista Andrés Arauz, e o banqueiro Guillermo Lasso, este que, apesar de ter ficado em segundo no primeiro turno, venceu no segundo, obtendo aproximadamente 52,5% dos votos, em uma campanha construída principalmente sobre o anti-correísmo, a impopularidade de Moreno (ainda é visto como o sucessor de Correa) e promessas de reformas e ajustes visando a estabilidade econômica.

Considerações finais: efetividade democrática e perspectivas para o futuro

Numa primeira análise, as perspectivas acerca do governo Guillermo Lasso são de uma reconciliação total entre Estado e capital. O fato de um neoliberal ligado ao sistema financeiro se tornar ocupar o posto máxima do país, aponta para um caminho de manutenção do mesmo *MPC* historicamente construído, retornando a um cenário anterior à Revolução Cidadã, no qual não somente os interesses da elite eram privilegiados, como as demandas básicas da população eram relegadas.

A inexistência de uma ruptura com a dinâmica da dependência significará a continuação de um ciclo reprodutor de subdesenvolvimento. A adesão dos governos a este padrão político inevitavelmente leva à ausência de representatividade concreta dos anseios e necessidades da grande maioria do povo, prejudicando inclusive a própria noção democrática, que se torna um mero conceito abstrato, residindo apenas na formalidade. Para que isso seja evitado, a busca pela efetividade democrática deve objetivar a solução de três problemáticas

³⁹ Ibid. p. 17-18.

essenciais: a) a representatividade e o respeito aos direitos humanos; b) a desigualdade social e; c) a garantia da participação ou protagonismo popular⁴⁰.

A luta por uma justiça social que supere as mazelas, assim como pela soberania nacional que acabe com a dependência, deve conciliar a atuação pelas três frentes, como forma de garantir uma sociedade mais equânime e que enfrente radicalmente seus problemas⁴¹. Porém, esta é uma batalha árdua, principalmente pelo fato de o país ostentar enorme divisão quanto a projetos políticos, com todas as eleições presidenciais do período posterior à redemocratização tendo resultados apertados.

Isso significa que as lideranças políticas no poder se deparam com grandes dificuldades para colocar em prática seus projetos por meios institucionais, ainda mais se estes visarem mudanças estruturais da sociedade. Os obstáculos às governanças de esquerda (interesses das elites, pressões internacionais etc.) acabam por inviabilizar a implementação de seus projetos, causando certa frustração política perante à opinião pública e produzindo instabilidade institucional ante a suposta “incapacidade” destes governos.

Tal cenário, no lugar de radicalizar ainda mais a população e certos quadros políticos, na verdade produz um efeito reativo, inclinando o panorama da política para a direita. Em outros tempos, essa inclinação refletia em uma ação ordenada das forças armadas, por vezes de caráter contrarrevolucionário⁴². Atualmente, verifica-se a mesma rumada à direita, porém, através de outros meios institucionais, como as perseguições perpetradas com o uso do poder judiciário (*lawfare*), não havendo necessidade de que se dê um tiro sequer para a realização de um golpe⁴³. É a histórica se repetindo, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa⁴⁴.

Lasso assume um Equador fraturado pela sua história de espoliação e desigualdades, e golpeado pelos efeitos recentes da pandemia do coronavírus, que apenas agravou o cenário já existente. Os rumos por ele apontados para a superação deste quadro passam pela manutenção do sistema que historicamente o determinou, além da conciliação entre os diversos setores da sociedade.

⁴⁰ HARNECKER, Marta. **Desafios da esquerda latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 54.

⁴¹ MARINI, Ruy Mauro. **La lucha por la democracia em América Latina**. Em publicação: Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano no. 1. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Octubre 2007. p. 3-11. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100829022904/1-marini.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2021. p. 3.

⁴² FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 62.

⁴³ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

⁴⁴ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25.

Mas o que faz um pacificador quando as suas propostas de paz reafirmam as causas do conflito?

Não entendo que seja possível a saída do cenário de crise no qual o Equador está inserido pelas vias que o produzem, sem que haja distribuição equitativa de renda, melhores condições de vida e oportunidades para todos. Um projeto nacional que leve à abolição do padrão exploratório que atravessou os anos⁴⁵. Com Correa, o povo teve, pela primeira vez na história do país, o prazer de sentir como era estar no poder, mas a política do diálogo não trouxe qualquer cisão com os padrões da dependência, apenas inviabilizando a execução das promessas de campanha. Com Lenin Moreno, a mesma tentativa de diálogo, porém sob termos neoliberais, inclinou o país para o retorno ao passado. Agora com Lasso, as promessas de conciliação foram novamente apresentadas, sendo a primeira delas já realizada, entre o Estado e o capital. Novamente, tentara-se sair da crise puxando os próprios cabelos.

Referências

- ACOSTA, Alberto. **Breve história econômica do Equador**. Brasília: Funag, 2006.
- ALTHUSSER, Louis, **Sobre a reprodução**. tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; [introdução de Jacques Bidet]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOCCA, Pedro. **Equador**. Pedro Bocca, Fátima Mello, Gonzalo Berrón – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- CORREA, Rafael. **Equador: da noite neoliberal à Revolução Cidadã**. Tradução Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015.
- DÁVALOS, Pablo. **Alianza País o la reinvencción del poder. Siete ensayos sobre el posneoliberalismo em el Ecuador**. 2 a ed. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2016.
- DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GANUZA, Carina Viviana. **Deconstrucción del orden político de Ecuador mediante el análisis crítico de los discursos de Lenin Moreno (2017-2018)**. Revista Scientific, v. 4, n. 14, p. 23-43, 2019.

⁴⁵ TAVARES, Maria da Conceição. **Restaurar o Estado é preciso**. In: *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. Maria da Conceição Tavares; Hildete Pereira de Melo (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular / Centro Internacional Celso Furtado, 2019. p. 312.

Governo do Equador recua e revoga decreto que elevou preço dos combustíveis. g1.globo.com, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/14/governo-do-equador-recua-e-revoga-decreto-que-provocou-aumento-nos-combustiveis.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2021.

HARNECKER, Marta. **Desafios da esquerda latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **América Latina sob o coronachoque**. Dossiê nº 30. Julho de 2020.

KATZ, Cláudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. Tradução: Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **La lucha por la democracia em América Latina**. Em publicación: Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano no. 1. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Octubre 2007. p. 3-11. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100829022904/1-marini.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica**. In: *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OSPINA PERALTA, Pablo. **La revolución ciudadana en Ecuador: conflicto social, régimen disciplinario y proyecto de Estado**, em MACHADO, Decio et al. *El correísmo al desnudo*. Quito: Montecristi Vive, 2013.

PACHUKANIS, Evguiéni B., **Teoria Geral do Direito e Marxismo**, tradução Paula Vaz de Almeida; revisão técnica Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017.

RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin (org.). **Democracia, participación y conflictos. Ecuador 2009–2012**. Quito: FES, Ildis & Flacso, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. **Restaurar o Estado é preciso**. In: *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. Maria da Conceição Tavares; Hildete Pereira de Melo (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular / Centro Internacional Celso Furtado, 2019.